

Gestão econômica Economistas sugerem corte de despesa pública e também limites à expansão do crédito

Controle de gastos é receita para equilíbrio

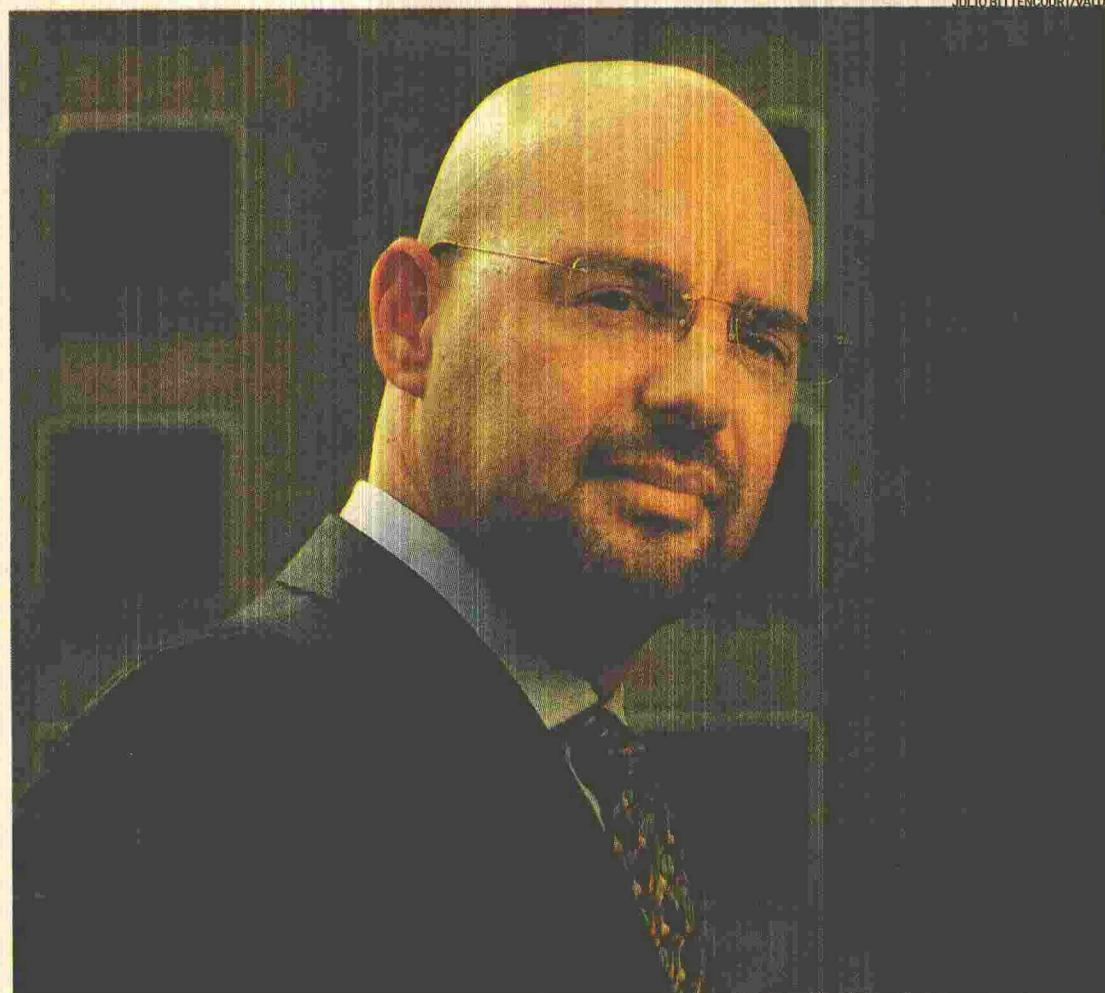
Sergio Lamucci
De São Paulo

O caminho para um equilíbrio macroeconômico, em que o câmbio permanece mais desvalorizado — risco que aumenta com a recente concessão do grau de investimento ao país —, sem causar pressões inflacionárias relevantes, passa por uma política fiscal mais apertada, insistem os economistas ortodoxos. O controle dos gastos públicos tira combustível da demanda, abre espaço para uma política monetária menos restritiva e leva a uma depreciação do câmbio que não faz a inflação sair do controle. Preocupados com a forte deterioração das contas externas, resultado da combinação de demanda aquecida e dólar barato, até mesmo alguns desenvolvimentistas defendem a contenção das despesas correntes do governo.

O problema, porém, é que parece difícil implementar essa estratégia no curto prazo: os gastos não financeiros da União crescem 10% acima da inflação, e o governo adotou uma série de medidas que devem manter num ritmo forte a expansão das despesas públicas neste ano. É o caso do aumento do salário mínimo e de outros benefícios — que impactam as contas da Previdência — e dos reajustes para o funcionalismo.

A política expansionista é uma das preocupações da agência Standard & Poor's, que na semana passada concedeu ao Brasil o grau de investimento. De acordo com a analista Lisa Schineller, da S&P, novas melhorias na nota de risco do país dependerão das iniciativas do país para reduzir o endividamento público e ampliar o crescimento econômico. Lisa lembrou que o problema fiscal do país "não é novo" e ações como cortes no Orçamento requerem complicadas negociações políticas. Ela defendeu, porém, a adoção de reformas estruturais — como a da Previdência — tanto para melhorar o perfil dos gastos públicos como para estimular a continuidade dos investimentos.

O ex-diretor do Banco Central (BC) Alexandre Schwartsman, economista-chefe para a América Latina do ABN Amro, diz não ter dúvidas de que a melhor opção para se



Alexandre Schwartsman: "O problema é que o governo não parece ter nenhuma intenção de controlar gastos"

Expansionismo fiscal

Despesas não financeiras do governo central (em % - em 12 meses)



Fonte: Tesouro e IBGE
Elaboração: Bradesco

ter um câmbio mais desvalorizado é apertar a política fiscal. Um corte expressivo das despesas públicas teria um impacto forte sobre a demanda agregada, possibilitando um nível mais baixo para os juros. "Isso depreciaria o câmbio. Haveria um outro equilíbrio, em que seria possível ter o mesmo nível de inflação, mas com juros mais baixos e um câmbio mais deprecia-

do", diz ele. "O problema é que o governo não parece ter nenhuma intenção de controlar gastos", afirma Schwartsman, lembrando que a política fiscal é muito expansionista neste governo, assim como havia sido no anterior.

Números do Departamento de Estudos Econômicos do Bradesco mostram que, nos 12 meses até fevereiro, as despesas não financei-

ras do governo central cresceram 10,9%, já descontada a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA). "Esse crescimento já oscila em torno de 10% no acumulado em 12 meses em termos reais desde meados de 2004, e no primeiro bimestre deste ano atingiu 11%", notam os analistas.

O ex-ministro Luiz Carlos Mendonça de Barros também ressalta a

importância de conter os gastos do governo. Num momento em que o consumo das famílias e o investimento avançam com força, controlar as despesas públicas é fundamental para arrefecer o ritmo da demanda, afirma. Ele também considera importante tomar alguma medida para tentar seguir a expansão do crédito.

Com essas medidas, o mix de política econômica melhoraria. A política monetária não ficaria com toda a responsabilidade pelo controle da demanda doméstica, que cresce a um ritmo de 7%, levando a pressões inflacionárias e à deterioração das contas externas, avalia Mendonça de Barros. "Mas esse governo não está interessado nisso. Eles gastam o que têm e o que não têm, é a festa da uva." Como resultado, o BC eleva os juros, o que, segundo o economista, tende a valorizar ainda mais o câmbio, por causa do aumento do diferencial entre as taxas internas e externas.

O economista Alexandre Marinis, sócio da Mosaico Economia Política, considera até mesmo "fora de contexto" a discussão sobre um eventual aperto da política fiscal para permitir algum relaxamento no front monetário. Embora considere essa a melhor receita de política econômica, ele diz que isso "simplesmente não vai ocorrer, porque o governo tomou várias decisões nas últimas semanas que mostram que não há interesse em controlar os gastos".

Marinis lembra que recentemente foram tomadas várias medidas que vão contra a ideia de uma política fiscal mais dura. O governo concedeu reajustes salariais a 800 mil funcionários públicos e, ao mesmo tempo em que anunciou cortes de R\$ 19,4 bilhões nos gastos discricionários da União, elevou a previsão de despesas obrigatórias em R\$ 16,9 bilhões. Marinis diz ainda que o reajuste do salário mínimo foi até um pouco mais alto do que a regra definida pelo próprio governo.

O economista Raul Velloso explica que um dos problemas é que o governo vê a política fiscal apenas como o instrumento para manter a solvência do setor público. Com isso, a única preocupação é gerar superávits primários (a diferença entre receitas e despesas,

sem incluir gastos com juros) para reduzir gradualmente a relação entre a dívida pública e o PIB e, desse modo, afastar o risco de calote. A questão é que o superávit é obtido por aumento simultâneo de receitas e de gastos. "Eles esqueceram que o Brasil virou um país normal. A solvência está mais tranquila, e a política fiscal deveria voltar a ser um instrumento para controlar a demanda agregada", afirma ele.

Num momento em que o país faz a transição de um crescimento pouco superior a 2,5% para uma expansão de 4% a 5%, seria fundamental controlar os gastos públicos. Se o governo gasta menos, há mais espaço para o consumo das famílias e o investimento crescerem a taxas robustas. Como os gastos aumentam mais de 10% em termos reais, a política monetária fica mais sobrecarregada, explica Velloso, que não vê a possibilidade de mudanças significativas na política fiscal neste ano, pelos mesmos motivos apontados por Marinis.

O resumo da ópera é simples. Se o governo não age no front fiscal, os juros ficam num nível mais elevado, gerando distorções na economia, como a valorização excessiva do câmbio. Em combinação com o forte crescimento da demanda, o dólar barato acelera a deterioração das contas externas, devido ao encolhimento do saldo comercial e ao aumento das remessas de lucros e dividendos. Se em 2007 o país teve um superávit em conta corrente de US\$ 1,5 bilhão — 0,1% do PIB —, neste ano já há quem projete para 2008 um déficit de US\$ 29 bilhões, ou 1,7% do PIB, como o BNP Paribas.

Essa trajetória leva até mesmo analistas não ortodoxos como os professores Luiz Gonzaga Belluzzo e Ricardo Carneiro, da Unicamp, a defender a contenção dos gastos correntes como estratégia para conter a demanda. Os dois também propõem que o governo adote alguma medida para reduzir a velocidade de crescimento do crédito. Com esse receituário, a demanda perderia gás, e as pressões sobre as contas externas diminuiriam. Para Belluzzo e Carneiro, essa seria uma alternativa muito melhor que um aumento de juros, que tende a acentuar a valorização do câmbio e afetar o investimento.